

REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA CONSULTIVA DO BAIXO SÃO FRANCISCO

Local: Penedo/AL

Data: 08 de agosto de 2019

Horário: 09h00-18h00

AJUDA MEMÓRIA

1. Participantes:

	Nome	Instituição
MEMBROS		
1	Honey Gama Oliveira	OAB/SE
2	Rosa Cecília Lima Santos	OSCATMA/SE
3	José Gabriel Almeida de Campos	DESO/SE
4	Luiz Roberto Porto Farias	OAB/AL
5	Antônio Jackson Borges Lima	Prefeitura Municipal de Penedo/AL
6	José Bonifácio Valgueiro de Carvalho	DICOP
7	Anivaldo de Miranda Pinto	Instituto Ecoengenh
8	Ana Catarina Pires de Azevedo Lopes	Instituto Vila Flor
9	Ailton Francisco da Rocha	SEMARH/SE
10	Maria Elza Messias Soares de Araújo	CBH Piauí
11	Marcelo Silva Ribeiro	CBH Piauí
12	José Maciel Nunes de Oliveira	FEPEAL
13	Mário Rosa de Albuquerque	Prefeitura Municipal de Propriá/SE
14	Genivaldo Vieira dos Santos	Prefeitura Municipal de Pacatuba/SE
15	Valeska Cavalcante da Costa	CASAL/AL
16	Alberto Fonseca	MPE/AL
CONVIDADOS/OUTROS		
17	Manoel Vieira de Araujo Junior	Agência Peixe Vivo
18	Daniela de Oliveira Dinato	Agência Peixe Vivo
19	Elaine Alvarenga O. Hora	SEMARH/SE
20	Emerson Soares	UFAL/AL

1 O Sr. Honey Gama fez a verificação do quórum, agradeceu a presença de todos e deu
2 início à reunião, às 09:40 horas, com alguns informes. Primeiro informou que a reunião
3 extraordinária foi requerida pelos membros e a pauta foi feita em conjunto. Informou
4 sobre a inserção do ponto do Consórcio de Saneamento Básico do Baixo São Francisco
5 Sergipano (CONBASF), projeto já apresentado pelo Sr. Mário, que sofreu adequações
6 para ter a possibilidade de reapresentação na CCR. Informou que a rubrica de projeto
7 especial foi aprovada na DIREC e que cada CCR deve apresentar um projeto de grande
8 expressão. Nesse sentido haverá, nessa reunião, a apresentação do projeto do Sr.
9 Mário Albuquerque e de mais um projeto para decisão de qual deve ser prioridade no
10 Baixo. O Sr. Manoel Vieira apresentou um quadro resumo com os projetos contratados
11 pelo CBHSF no Baixo. Informou que Boacica, Perucaba e Betume estão com problema
12 na rubrica e possivelmente serão executados no próximo ano, porém já estão com
13 diagnóstico e TDR prontos. Curituba foi finalizado no dia 03/07 e gabiões não puderam
14 ser implementados. Pulmão de Piaçabuçu está com TDR em fase de finalização e será
15 apresentado na próxima DIREC. Informou, ainda, que o Chamamento Público nº 01
16 teve seis projetos aprovados e encontra-se em fase de entrega dos TDRs. A Sra. Rosa
17 Cecília pediu a palavra e informou que em Curituba a comunidade (Assentamento e
18 Quilombolas) recebeu o projeto muito satisfeita, porém a não execução dos gabiões
19 gerou conflito. Segundo estudo de professor, o barramento de águas em Sergipe pode
20 ser necessário. O Sr. Honey Gama informou que projeto de Curituba deu muito
21 problema porque houve mudança com relação ao que estava descrito no TDR. Projeto
22 previa recuperação das duas margens, porém foi executado em apenas uma margem.
23 Demandou muitas visitas de inspeção e verificou-se que área irrigada estava de acordo
24 com TDR. Foram previstos gabiões de 6 metros, porém em campo precisariam ser de
25 15 a 20 metros. Disse que o erro da Agência Peixe Vivo (APV) foi não ter trazido
26 decisão de mudança na CCR. O Sr. Bonifácio Carvalho questionou o erro na medida dos
27 gabiões e solicitou que buscassem soluções. O Sr. Manoel Vieira explicou que os
28 trechos dos rios foram subestimados. A Sra. Ana Catarina colocou como proposta
29 transformar o problema em sugestão de novo projeto, a ser votado ali na CCR. O Sr.
30 Manoel Vieira informou que a prefeitura, o CBHSF e a APV já possuem um acordo para
31 continuidade do projeto. O Sr. Honey Gama ressaltou a importância de que qualquer
32 alteração no TDR passe pela CCR. O Sr. Gabriel Campos questionou se houve
33 oportunidade de defesa do projetista e, se sim, o que ele alegou para justificar o erro
34 cometido. O Sr. Manoel Vieira informou que o sucesso do projeto independe dos
35 gabiões e o Sr. Honey Gama disse que os gabiões ajudariam a diminuir a salinidade do
36 rio. O Sr. Maciel Oliveira pediu atenção ao alcance do objetivo do projeto, informando
37 que foi um projeto que transformou a comunidade local e, ainda, que houve
38 questionamento da própria comunidade com relação à viabilidade dos gabiões. O Sr.
39 Honey Gama disse que não há como saber o que a comunidade quer. O Sr. Bonifácio
40 Carvalho lembrou que o preceito ecológico de Pe. Cícero é fazer gabiões, que são
41 importantes na infiltração e umidade das plantas. A Sra. Ana Catarina pediu para que
42 se votasse a aprovação ou não da continuidade do projeto. O Sr. Honey Gama abriu a
43 votação e, por unanimidade, foi aprovada a continuidade/complementação do projeto
44 no Curituba. O Sr. Gabriel Campos pediu que se apurasse responsabilidade para
45 determinar se houve imperícia ou de fato a não possibilidade de execução dos gabiões,
46 ao que o Sr. Anivaldo Miranda esclareceu informando que não houve projeto que foi

47 mais medido e avaliado que esse e que houve divergência de localização por três
48 vezes, e isso era de conhecimento da CCR que, portanto, também tem a sua parcela de
49 responsabilidade. Eram muitos mandantes em um só projeto: Ministério Público (MP),
50 prefeitura local e tantos outros. O Sr. Manoel Vieira ressaltou que é contrário à
51 instalação dos gabiões. Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB): o Sr. Manoel
52 Vieira informou que a hierarquização foi realizada pela APV e que a votação se deu em
53 reunião da DIREC. As Sras. Ana Catarina e Valeska Cavalcante fizeram uma avaliação e
54 observaram como se tratou de um processo de escolha criterioso e que, no estado de
55 Alagoas, o processo foi validado. A Sra. Ana Catarina informou que a diretoria tem
56 interesse em apoiar mais projetos e sugeriu que se observassem primeiro os
57 municípios da calha. Sugeriu ainda que, caso algum município da calha não tenha
58 realizado a inscrição, a CCR poderia visitar e explicar sobre o chamamento. Explicou
59 que o acompanhamento em cada município contemplado com o PMSB é realizado
60 através de reuniões em parceria com o Ministério Público, na figura do Dr. Maurício,
61 com ela, com o Marcelo, com a CODEVASF, dentre outros parceiros. Parabenizou à CCR
62 pelas ações de acompanhamento e sugeriu que a melhoria da qualidade da água
63 também tenha ações de acompanhamento. O Sr. Honey Gama falou sobre a
64 importância de se ter esse feedback. O Sr. Maciel Oliveira informou que as outras CCRs
65 foram oficializadas para começar a acompanhar as ações do PMSB, seguindo o
66 exemplo da CCR Baixo, e alguns municípios da calha foram procurados e inscritos no
67 chamamento. Informou que o prefeito do município de Pão de Açúcar esteve na
68 reunião e estava elaborando o plano. A Sra. Ana Catarina disse que o município de
69 Porto Real do Colégio não possui nada realizado na área de saneamento. O Sr. Jackson
70 Lima disse que os PMSB são a maior bandeira da CCR e que o CBHSF deve provocar a
71 participação do MP. Relembrou a questão das baronesas no município de Jatobá/PE, e
72 disse que é preciso priorizar essas áreas, onde a pesca já caiu quase pela metade. As
73 Sras. Ana Catarina e Rosa Cecília têm discutido ações para um projeto piloto de
74 capacitação para Conselhos Municipais de Saneamento Básico, em parceria com a
75 Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMARH) de Alagoas. A reunião de
76 lançamento será dia 20 de agosto. A Sra. Ana Catarina informou que ela e o Sr.
77 Marcelo Ribeiro estarão em Traipu no dia seguinte em uma reunião com a prefeitura
78 sobre o PMSB do município. O Sr. Marcelo Ribeiro ressaltou, também, a importância
79 dos Conselhos Municipais de Meio Ambiente (CONDEMAS) e lembrou que a
80 Fiscalização Preventiva Integrada (FPI) possui um grupo de trabalho de gestão.
81 Questionou se este grupo seria realmente efetivo. O Sr. Mário Albuquerque disse que
82 é importante levar em consideração os consórcios, que possuem alta capilaridade
83 (atingem cerca de 25 municípios da CCR Baixo). O Sr. Gabriel Campos disse que é
84 necessário trabalhar em sintonia, pois a DESO possuía 400 mil mudas, procurou o
85 CBHSF buscando exatamente acesso às comunidades para manutenção dessas mudas,
86 porém a cooperação não prosperou. Sinalizou que as portas da DESO continuam
87 abertas. O Sr. Anivaldo Miranda pediu a palavra e informou que o CBHSF investiu na
88 recuperação do viveiro/herbário do Instituto Florestal (IF) em Minas Gerais, mas o IF
89 não deu contrapartida para manter o investimento e produzir as mudas, dessa forma,
90 é provável que o CBHSF perca tudo o que investiu nesse projeto. Informou, ainda, que
91 a porta de entrada de projetos é via CCR, inclusive a doação de mudas, e que o CBHSF
92 trabalha com consórcios e o Lago de Três Marias é um exemplo. Foi informado que

93 haverá um evento com prefeituras que receberam PMSB para incentivar
94 implementação e orientar captação de recursos. O Sr. Honey Gama anunciou a
95 presença do promotor Sr. Alberto Fonseca e da Sra. Maria Elza. Aproveitando a
96 oportunidade, o superintendente da SEMARH/SE, Sr. Ailton Rocha, apresentou a Sra.
97 Elaine Hora, coordenadora de resíduos sólidos. Informou que a Secretaria possui um
98 projeto que se chama Arborizar-SE e que ele próprio classifica a tarifação de água
99 como condominial. Lembrou que uma vez a DESO precisou de recurso e não teve
100 acesso. Questionou o porquê de não se adquirir uma máquina para limpar as
101 baronetas, uma vez que o dinheiro não é público e deveria ser de mais fácil acesso. O
102 Sr. Anivaldo Miranda esclareceu a natureza do recurso de cobrança e ressaltou que
103 esse é o único dinheiro que vem e volta, pois o dinheiro oriundo da geração de energia
104 não é repassado ao CBHSF, sendo enviado ao tesouro e à Agência Nacional de Águas
105 (ANA). Sugeriu formular demanda diretamente ao Ministério pedindo a flexibilização
106 na liberação da verba. Informou que a parceria com o Instituto de Cooperativismo e
107 Associativismo do Estado de São Paulo (ICA) não foi possível porque a ANA veta
108 parcerias internacionais alegando que não há como acompanhar, ou seja, o plano de
109 irrigantes encontra-se parado. Esclareceu ainda que a DESO não explicou
110 juridicamente como o CBHSF poderia ajudar um município (Aracaju) que se encontra
111 fora da Bacia e esse foi o motivo de não ter recebido a verba solicitada. Chamamento
112 Público nº 02 – Semiárido. A Sra. Ana Catarina informou que houve reclamação de
113 solicitantes e a Câmara Técnica de Planos, Programas e Projetos solicitou a suspensão
114 do edital porque o mesmo não atendia à demanda. Pediu que a CCR participasse da
115 elaboração e informou que haverá uma reunião para readequação do edital no dia 12
116 de agosto, em Recife/PE. Em seguida o Sr. Mário Albuquerque deu início à sua
117 apresentação, representando o CONBASF. O projeto versou sobre a correta destinação
118 dos resíduos sólidos, através da erradicação de lixões e construção de centro de
119 triagem, centro de compostagem e unidade de transbordo. Na sequência o Sr.
120 Emerson Soares deu início à sua apresentação que tratou sobre o monitoramento de
121 águas na região do Baixo São Francisco e a construção de um aquário no município de
122 Penedo/AL. O Sr. Honey Gama abriu inscrições para discussão sobre os projetos
123 especiais. A Sra. Valeska Cavalcante, enquanto Companhia de Saneamento, defendeu
124 o projeto do Sr. Emerson Soares e questionou se a construção ou maquinário do
125 projeto do CONBASF poderiam ser dissociados, para que a rubrica atendesse aos dois
126 projetos. O Sr. Ailton Rocha ressaltou a importância do valor ambiental e econômico
127 do projeto do CONBASF. O Sr. Bonifácio Carvalho ponderou sobre ambos os projetos,
128 solicitou que o projeto do Aquário fosse reapresentado pelo proponente, em maiores
129 dimensões, e defendeu o projeto do CONBASF. A Sra. Ana Catarina informou que o
130 projeto do CONBASF já pode ser amparado pelo CBHSF, não se tratando de um projeto
131 especial, e defendeu o projeto do Aquário como um projeto especial que não se
132 enquadraria em nenhuma outra rubrica dentro do orçamento do Comitê, e ressaltou o
133 fato de, pela primeira vez, vislumbrar um projeto que trará um olhar sobre os
134 pescadores. O Sr. Jackson Lima elogiou a apresentação dos projetos e pediu que a
135 DIREC viabilizasse os dois. O Sr. Maciel Oliveira demonstrou, assim como a Sra. Ana
136 Catarina, preocupação com os pescadores e solicitou encaminhamento como
137 demanda induzida do projeto do CONBASF, pois este já está incluído no Plano de
138 Aplicação Plurianual (PAP), devendo os projetos ser tratados como demandas

139 diferentes. Dessa forma, o Aquário entraria na rubrica de projeto especial. O Sr. Honey
140 Gama disse que a visibilidade e alcance do projeto do CONBASF seriam maior e que o
141 projeto do aquário precisa ser mais bem detalhado, pois a manutenção do mesmo será
142 cara. Propôs que se votasse qual projeto deveria ser encaminhado como especial. A
143 Sra. Ana Catarina informou que resíduos sólidos já estava incluído no PAP e por
144 deliberação não poderia se enquadrar como projeto especial. O Sr. Anivaldo Miranda
145 esclareceu que existe rubrica para o projeto do CONBASF e que não considerava
146 excluir nenhum dos dois projetos, devendo ambos ser submetidos ao crivo jurídico. O
147 Sr. Marcelo Ribeiro elogiou a pertinência e qualidade dos projetos e sugeriu que
148 ambos fossem absorvidos. O Sr. Ailton Rocha expôs algumas questões que o levavam a
149 optar pelo projeto do CONBASF. A Sra. Valeska Cavalcante chamou atenção para o fato
150 de que Alagoas e Sergipe devem andar juntos e ambos os projetos devem ser
151 encaminhados para DIREC, sem exclusão de nenhum. O Sr. Bonifácio Carvalho
152 reafirmou que o projeto do CONBASF precisaria ser aprovado de maneira completa,
153 sem rateamento, e que o projeto do Aquário precisaria ser aprofundado. A Sra. Rosa
154 Cecília reafirmou que resíduos sólidos seria um projeto para “ontem”. O Sr. Mário
155 Albuquerque relembrou que o projeto do CONBASF havia sido apresentado
156 anteriormente havia mais de um ano e não recebeu nenhuma resposta, além de ser
157 um projeto que visava a cessar um problema, enquanto o projeto do Aquário visava a
158 verificar a existência de um problema. O Sr. Jackson Lima pediu união para que o Rio
159 fosse considerado e pontuou que os dois projetos levavam em consideração a sua
160 revitalização. Disse que a votação iria dividir a CCR Baixo e que era preciso utilizar bom
161 senso para contemplar a ambos, sugerindo nova reunião para apresentar uma solução.
162 O Sr. Honey Gama defendeu novamente o projeto do CONBASF. O Sr. Anivaldo
163 Miranda reafirmou que o projeto CONBASF já havia sido analisado pela diretoria do
164 comitê e deveria ter retornado ao proponente, inclusive com as sugestões feitas, e
165 disse que qualquer que fosse o projeto selecionado, o outro teria atenção e teria a
166 busca de recursos para também ser executado. O Sr. Mário Albuquerque explicou que
167 não houve resposta de recebimento na primeira submissão do projeto do CONBASF e
168 por isso ele disse que o CBHSF não o atendeu. Pausa para almoço. O Sr. Honey Gama
169 retomou a reunião informando a todos os presentes que em conversa com o
170 presidente do CBHSF houve um consenso e que os dois projetos seriam levados à
171 DIREC, ressaltando que o projeto do CONBASF iria como prioridade. Aprovação da ata
172 da reunião da CCR Baixo realizada em 23 de abril de 2019. A Sra. Ana Catarina fez
173 alguns questionamentos acerca de encaminhamentos pendentes: - questionou sobre o
174 Quilombo, ao que o Sr. Honey Gama informou que já havia sido resolvido em reunião
175 no Quilombo e com a presença de membro da CCR; - perguntou sobre Paulo Afonso,
176 com relação ao projeto da DHF, e a Sra. Daniela Dinato informou que o termo de
177 referência já havia sido entregue pela empresa; - questionou sobre a Sra. Grazi Freitas
178 e o Sr. Manoel Vieira explicou que a mesma não havia encaminhado proposta; - o Sr.
179 Anivaldo Miranda escreveu que já havia conversado com o Sr. Pedro e não haveria
180 prerrogativas para criar comitês no Sergipe; - DIREC aprovou interligação em Penedo.
181 A Sra. Catarina sugeriu que toda vez que houver encaminhamentos, estes devem ser
182 apresentados logo após a memória da reunião. Após algumas observações, o Sr. Honey
183 Gama deu a ata como aprovada. A Sra. Rosa Cecília informou que o Estado de Sergipe
184 já enviou o nome de Ailton Rocha como representante e que a APV deveria

185 providenciar a troca na lista de presença. O Sr. Manoel Vieira informou que não havia
186 recebido a indicação. A Sra. Rosa Cecília informou a necessidade da CCR possuir
187 representantes em cada Unidade de Conservação (UC) do Baixo e disse que no MONA
188 foi solicitado indicação à APV e no estado de Sergipe o comitê já possuía uma vaga. A
189 Sra. Ana Catarina concordou e sugeriu que fosse feito um levantamento dos membros
190 que já estariam presentes nos conselhos das UCs, aproveitando os mesmos para
191 representarem a CCR. A Sra. Valeska Cavalcante discordou e disse que se isso
192 ocorresse a CCR acabaria perdendo uma vaga em cada conselho e seria bom que
193 houvesse representantes ocupando as duas vagas. A Sra. Rosa Cecília questionou quais
194 solicitações foram encaminhadas à APV e informou que na terça-feira (13/08) iria se
195 reunir com o Sr. Manoel Vieira e indicaria os representantes. A Sra. Ana Catarina
196 questionou se havia vagas também nos CBHs. Projeto de recuperação hidroambiental
197 na bacia do Rio Piauí - prefeitura de Junqueiro/AL. A Sra. Maria Elza informou que a
198 nascente está localizada em uma propriedade particular e não na escola, como
199 levantado pela GAMA. Disse que a revitalização foi realizada no reservatório da escola,
200 pela empresa Engenatus. O Sr. Alberto Fonseca informou que a legislação ambiental
201 prevê recuperação de nascentes e a 5ª Promotoria deve ser acionada, pois já há
202 conhecimento da degradação de tal nascente, localizada em propriedade particular. O
203 Sr. Manoel Vieira esclareceu que havendo impossibilidade de execução do serviço em
204 local pré-determinado, há possibilidade de substituição, na mesma bacia, através de
205 nota técnica enviada pela executora à APV. Informou, ainda, que não houve prejuízo
206 desse projeto. O Sr. Honey Gama não descartou a possibilidade de quem um ofício
207 fosse enviado ao MP solicitando a recuperação da referida nascente. A Sra. Ana
208 Catarina informou que após os PMSB as parcerias com o MP facilitaram e muito as
209 ações. A Sra. Maria Elza solicitou ao CBHSF, em nome do CBH Piauí, que os comitês
210 fossem envolvidos nas ações, para evitar comentários. A Sra. Ana Catarina sugeriu que
211 a Sra. Maria Elza, que faz parte do grupo de acompanhamento, indicasse membros ao
212 CCR, ao que o Sr. Anivaldo Miranda prontamente lembrou que a DIREC dissolveu
213 todas as comissões de visita e que o CBH Piauí deveria buscar recursos junto ao
214 governo de Alagoas para acompanhar os projetos. A Sra. Rosa Cecília apontou que os
215 termos de referência (TRs) deveriam passar na CCR, para que não houvesse surpresas
216 na implantação e que, a parte disso, os projetos desenvolvidos na Bacia do Piauí são
217 sempre elogiados no Alto, Médio e Baixo São Francisco. O Sr. Anivaldo Miranda
218 concordou que a APV deveria voltar à CCR para ajustamento dos TRs e que a
219 divulgação tem sido pouca. Disse que o CBHSF “vende mal o próprio peixe” e que a
220 empresa deve dar visibilidade e fazer uma mobilização adequada. O Sr. Alberto
221 Fonseca esclareceu que a FPI (10ª etapa) tem atuado com ajuda de voluntários da
222 promotoria e que há intenção de relatórios ficarem prontos em 15 dias. Informou que
223 haverá uma nova etapa em novembro desse ano e agradeceu ao apoio da Polícia
224 Militar. A Sra. Ana Catarina questionou sobre o que ganhamos em qualidade e
225 quantidade de água e disse que a FPI de agora deve ser diferentes de há 10 anos,
226 quando era apenas punitiva. Um dos avanços é que agora há normativas. O Sr. Alberto
227 Fonseca informou que os primeiros dados são de 2014 e podem ser comparado com os
228 atuais e sugeriu que haja compilação de dados em um livro. Informou que a FPI induziu
229 mudanças nas políticas públicas e citou exemplos positivos das ações, como as
230 queijarias, o levantamento de avifauna, o retorno da fauna e da flora, que atua como

231 importante fator na retenção de água. O Sr. Marcelo Ribeiro questionou sobre atuação
232 da equipe de gestão ambiental e o Sr. Alberto Fonseca esclareceu que tal equipe faz o
233 diagnóstico e orienta as ações do MP. As Sras. Ana Catarina e Valeska Cavalcante
234 ressaltaram a importância de parcerias e o Sr. Anivaldo Miranda ressaltou a
235 importância da fiscalização para o sucesso de bons empreendimentos. Não havendo
236 mais nada a tratar, o Sr. Honey Gama agradeceu a presença de todos e encerrou a
237 reunião.

Penedo/AL, 08 de agosto de 2019

Honey Gama Oliveira
Coordenador da CCR Baixo

Rosa Cecília Lima Santos
Secretária da CCR Baixo